



Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul

CNPJ nº 92.863.000/0001-33

Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social sob nº 30.506/39

Declarada de Utilidade Pública: Federal - Dec. 22.450 de 14/01/1947 Estadual - Dec. 925 de 03/12/1949 Municipal - Lei 269 de 10/09/1949

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023

Apresentamos as Demonstrações Contábeis de 2023, um ano marcado por inúmeras retomadas e consolidações de ações, além do crescimento significativo de nossa instituição. Apesar de ainda enfrentarmos algumas dificuldades decorrentes da pandemia de COVID-19, mantivemos nosso foco na busca por soluções e alternativas. Nesse sentido, lançamos novos produtos e serviços, promovemos ações de formação, qualificação e fortalecimento das lideranças voluntárias e profissionais. Em todas as nossas áreas de atuação, alcançamos resultados positivos que indicam a continuidade do trabalho realizado, sempre embasado na qualidade, atenção e respeito aos públicos que frequentam nossas unidades.

Como instituição centenária, temos ainda muito a conquistar. Estamos atentos às mudanças do mundo, buscando manter nossa essência e cumprir nossa missão de "ser agente na transformação da sociedade de acordo com a mensagem cristã".

Expressamos nossos sinceros agradecimentos e desejamos a toda comunidade acemista que a Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul continue sendo uma referência crescente nas áreas de Ensino, Esportes, Necrópole e Desenvolvimento Social. A cada ano, renovamos nosso compromisso com a sociedade.

Enio Roberto Gonçalves Ferreira - Presidente ACM-RS
José Ricardo Caiza Caporal - Secretário-geral ACM-RS

Demonstramos nosso reconhecimento a todos os voluntários pela dedicação e participação em diversas instâncias que contribuem para a ACM-RS. Aos nossos profissionais, manifestamos nosso apreço pelo comprometimento, profissionalismo e esforço com a causa acemista.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (em Reais)

Ativo	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	9.956.423	6.152.369
Receíveis de Clientes (Nota 5)	7.140.079	5.685.680
Estoques (Nota 12)	3.384.294	3.603.950
Adiantamentos	610.006	722.461
Despesas antecipadas	245.220	197.299
(-) Perdas estimadas créd liq. duvidosa (N.2.3)	(4.199.976)	(3.850.361)
	<u>21.484.575</u>	<u>16.485.754</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Receíveis de clientes (Nota 5)	948.213	824.732
Depósitos judiciais	812.128	708.441
Devedores diversos (Nota 6)	0	855.636
	<u>1.760.341</u>	<u>2.388.808</u>
Imobilizado (Nota 7)		
Imobilizado	107.294.164	104.987.311
(-) Depreciação	(33.206.197)	(31.827.374)
	<u>74.087.967</u>	<u>73.159.937</u>
	<u>75.848.308</u>	<u>75.548.745</u>
Total do Ativo	97.332.883	92.034.499

Passivo e Patrimônio Líquido

	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
CIRCULANTE		
Fornecedores	350.117	231.784
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	1.009.344	1.465.957
Obrigações fiscais	36.028	24.319
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	4.653.084	3.949.730
Contas a pagar	18.030	18.736
Mensalidades recebidas antecipadamente	4.425.509	3.719.635
Recursos a aplicar, com restrição (Nota 10)	6.030.674	4.190.194
	<u>16.522.784</u>	<u>13.600.355</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	895.474	1.667.628
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	275.011	262.411
Provisão para contingências (Nota 11)	1.002.755	599.478
Credores diversos (Nota 12)	2.310.510	2.338.030
Outros Valores (Nota 6)	0	833.532
	<u>4.483.750</u>	<u>5.701.078</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	35.229.351	33.534.506
Reserva de reavaliação	33.434.762	34.044.288
Ajuste de avaliação patrimonial	4.068.954	4.078.923
Superávit acumulado	3.593.283	1.075.351
	<u>76.326.349</u>	<u>72.733.067</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	97.332.883	92.034.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (em Reais, exceto quando indicado)

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL E OBJETIVOS (INFORMAÇÕES GERAIS)

A Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul - ACM-RS foi fundada em 26 de novembro de 1901, na cidade de Porto Alegre, gozando de plena autonomia, com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul. Tem como objetivos: propiciar o entendimento, a compreensão e a fraternidade entre as pessoas, tanto no campo nacional como no internacional; difundir os ensinamentos de Cristo; proclamar e praticar relações humanas sem distinção de idade, de ordem social, racial, nacionalidade, política e religiosa; promover o aperfeiçoamento espiritual, moral, intelectual, físico e social de seus associados e frequentadores, visando especialmente à infância e à juventude; e estender sua ação, por meio de trabalhos filantrópicos, a pessoas não pertencentes a seu quadro social.

Fundamenta-se como instituição filantrópica, educacional e de assistência social, sem fins lucrativos; não remunera ou concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou beneficiários; aplica integralmente seus recursos no território nacional, na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais; mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que asseguram a sua respectiva exatidão; conserva em boa ordem a documentação comprobatória de suas operações; aplica em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e demais legislações vigentes em que se enquadraram; apresenta, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; recolhe tributos retidos sobre rendimentos pagos ou creditados, bem como cumpre as obrigações acessórias decorrentes; e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio social, sob qualquer forma ou pretexto. Em caso de dissolução, há previsão estatutária para a reversão do seu patrimônio social à entidade congênere ou à entidade pública. Caso apresente superávit em suas contas, destina o referido resultado a seus objetivos educacionais e de assistência social.

A ACM-RS também foi declarada como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 925, de 03 de dezembro de 1949, e pela Lei Municipal nº 269, de 10 de setembro de 1949, as quais se encontram em vigor, cumpridas as obrigações acessórias decorrentes.

Consoante seus objetivos estatutários atuam preponderantemente em duas áreas, a Educacional e a de Assistência Social, nas quais aplica seus recursos, cumprindo as obrigações previstas no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como os requisitos previstos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 até o término de sua vigência, que ocorreu com a edição da Lei Complementar 187 que entrou em vigor em 16 de dezembro de 2021, conforme descrito a seguir.

(1.a) Na área Educacional, além do supra referido, está adequada às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, na forma do art. 214 da Constituição Federal, oferecendo bolsas de estudo na forma e proporção previstas na Lei Complementar 187/21 - Art 19 e seguintes.

Visando atender o definido na Lei nº 12.101/09, até o término de sua vigência, e posteriormente a Lei Complementar 187/21, com base em informações e controles da ACM-RS, a Entidade apresenta o quadro demonstrativo das gratuidades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Demonstrações dos Resultados (em Reais)

	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de educação (Nota 14)	13.334.283	11.055.264
Receita de assistência social (Nota 16)	7.737.635	6.274.915
Receita de prestação de serviços (Nota 18)	33.917.796	27.895.570
Receita da venda de imobilizado	3.277.660	2.120.554
Receita de ações judiciais	196.419	28.078
Receita de locação de bens (Nota 13c)	258.397	244.174
	<u>58.722.190</u>	<u>47.618.555</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Deduções da receita de educação (Nota 14)	(5.536.692)	(4.664.710)
Deduções da receita de assistência social (Nota 16)	(364)	(80)
Deduções da receita de prestação de serviços (Nota 18)	(1.126.789)	(707.996)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	52.058.345	42.245.850
Custo operacional (Nota 15)	(42.547.942)	(35.476.975)
RESULTADO OPERACIONAL DAS ATIVIDADES	9.510.403	6.768.875
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas administrativas (Nota 19)	(3.600.651)	(3.296.843)
Receitas financeiras, líquidas (Nota 17)	(329.815)	(429.895)
Despesa com depreciação (Nota 7)	(1.378.824)	(1.323.543)
Perdas no recebimento de créditos	(607.831)	(643.163)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	3.593.283	1.075.431
ISENÇÕES USUFRUÍDAS (Nota 13e)		
Renúncia Fiscal obtida	5.521.282	5.082.205
Renúncia Fiscal	(5.521.282)	(5.082.205)
TRABALHO VOLUNTÁRIO		
Trabalho voluntário realizado	130.112	217.624
Trabalho voluntário	(130.112)	(217.624)
SUPERÁVIT DO PERÍODO	3.593.283	1.075.431

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (em Reais)

	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Superávit do exercício	3.593.283	1.075.431
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	609.526	610.149
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.968	9.969
Resultado abrangente do exercício	4.212.777	1.695.548

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em Reais)

	Patrimônio Social		Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit período	Total PL
	2023	2022				
Em 31 de dezembro de 2021	30.934.629	34.654.437	4.088.891	1.979.759	71.657.716	
Incorporação de resultados	1.979.759	-	-	(1.979.759)	-	
Realização da reserva de reavaliação	610.149	(610.149)	-	-	-	
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.969	-	(9.969)	-	-	
Superávit do período	-	-	-	1.075.351	1.075.351	
Em 31 de dezembro de 2022	33.534.506	34.044.288	4.078.923	1.075.351	72.733.067	
Incorporação de resultados	1.075.351	-	-	(1.075.351)	-	
Realização da reserva de reavaliação	609.526	(609.526)	-	-	-	
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	9.968	-	(9.969)	-	-	
Superávit do período	-	-	-	3.593.283	3.593.283	
Em 31 de dezembro de 2023	33.229.351	33.434.762	4.068.954	3.593.283	76.326.349	

Unidades	Quantidades de alunos						Total		Total (%)	
	Colégio ACM Centro		Centro Profissional		Vovô Cazemiro		Total		Total (%)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Gratuidades 100%	6	6	0	0	192	198	198	204		
Gratuidades 50%	5	4	0	0	5	2	10 (5)*	6 (3)*		
Acréscimo tempo integral, art. 2º, parágrafo 3º, inciso II LC 187/21 (0,4)	0	0	0	0	76,80	79,60	76,80	79,20		
Pagantes	384	307	231	240	0	0	615	547		
Total de Alunos	395	317	231	240	197	200	823	757	100	100
Total Gratuidade							279,80	286,20	34,00	37,80

No exercício de 2023, foram atendidos 208 alunos com gratuidade, distribuídos da seguinte forma: 6 bolsas integrais (100%), 192 bolsas integrais (100%) em turno integral, e 10 bolsas parciais (50%).

Para as bolsas da Vovô Cazemiro, de turno integral, aplica-se o disposto do artigo 20º, parágrafo 3º inciso II da Lei Complementar 187/2021, o qual define 1,4 para cada bolsa concedida, totalizando assim 268,80 (192 x 1,4) gratuidades concedidas.

*As 10 bolsas parciais (50%) equivalem a 5 bolsas integrais.

Desta forma, foi calculado o total de 279,80 bolsas equivalentes a integrais, o que representa 34%, concedido sobre o universo de 823 alunos, dos quais 615 são pagantes, atendendo a alínea I e II, do parágrafo 1º, do artigo 20 da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

As bolsas estão distribuídas conforme quadro a seguir:

Bolsas concedidas	100%		50%		Quantidade		Custo total de Bolsas (R\$)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pré-escola em tempo integral	192	198	6	3	198	201	4.120.481	3.789.004
Anos iniciais - ensino fundamental	0	0	0	0	0	0	0	0
Anos finais - ensino fundamental	3	4	3	3	6	7	121.273	95.277
Ensino Médio	3	2	1	0	4	2	33.501	37.109
Ensino Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	198	204	10	6	208	210	4.275.255	3.921.390
Total de bolsas de estudo - Gratuidades 100%							4.189.388	3.869.706
Total de bolsas de estudo - Gratuidades 50%							85.866	51.684
Total							4.275.255	3.921.390

A seguir apresentamos o quadro disponibilizado no site do CEBAS - MEC, no qual apresenta o cálculo de bolsas de acordo com a legislação vigente, resultado no total de bolsas integrais equivalentes.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (em Reais)

	Períodos findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT DO PERÍODO	3.593.283	1.075.351
Ajustes para conciliar o superávit ao fluxo das atividades operacionais:		
Depreciação	1.378.824	1.323.543
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	377.633	(2.222.873)
Encargos Financeiros sobre empréstimo	71.591	64.559
Provisões para contingências	403.277	252.204
	<u>5.824.608</u>	<u>492.784</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Receíveis de Clientes e outros	(1.482.417)	(703.374)
Estoques	219.656	(199.130)
Outras contas a receber	318.827	2.354.223
	<u>(943.934)</u>	<u>1.451.719</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	118.333	(198.896)
Obrigações sociais e trabalhistas	715.954	612.555
Outras contas a pagar	1.696.304	341.327
	<u>2.530.591</u>	<u>754.985</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.411.265	2.699.488
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(2.306.854)	(2.464.160)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.306.854)	(2.464.160)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	779.510	384.099
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.079.867)	(1.963.825)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.300.357)	(1.579.726)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.804.054	(1.344.398)
DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No fim do período	9.956.423	6.152.369
No início do período	6.152.368	7.496.768
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.804.054	(1.344.398)

Demonstrações dos Resultados dos Períodos por Atividade (em Reais)

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO		
Receita alunos pagantes	9.059.028	7.133.875
Bolsas de estudo 100%	4.189.388	3.869.706
Bolsas de estudo 50%	85.866	51.684
Mensalidades concedidas em bolsa de estudos	4.275.255	3.921.390
Receita bruta de Educação (Nota 14)	13.334.283	11.055.264
Descontos promocionais (não utilizados em gratuidades)	(1.195.836)	(604.136)
Devolução mensalidades/anuidades	(65.602)	(139.184)
Bolsas de estudo 100%	(4.189.388)	(3.869.706)
Bolsa de estudo 50%	(85.866)	(51.684)
Receita líquida de Educação	7.797.591	6.39

Total de alunos matriculados (a)		Educação Básica
Alunos bolsa integral		823
Alunos bolsa integral e com deficiência		6
Alunos bolsa integral e em tempo integral		0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)		192
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu)		0
Número total de alunos com bolsa integral		0
Outras bolsas integrais (b)		198
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)		
Alunos bolsa parcial de 50%		10
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)		0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu)		0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50%		10
Numero total de bolsas integrais equivalentes		280

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo

Quantidade mínima de bolsas 1/5	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido

(1.b) A área de Assistência Social está vinculada à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, conforme atestado pela autoridade pública, e presta, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos seus beneficiários na área de Assistência Social, bem como, atua na defesa e garantia dos direitos a quem presta serviços ou realiza ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação; está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e possui seus programas e projetos devidamente registrados no Conselho Municipal de Assistência Social.

No exercício de 2023, com base em informações e controles da ACM-RS, demonstramos na Nota 16, o total de 1.918 atendidos pela Assistência Social (2022 – 1.959), enquadrados no nível de complexidade do SUAS.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 4 de março de 2024.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão definidas na NBC TG 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como na ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e de acordo com art. 29 e 33 da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, e pela Lei 12.868/13, que estavam vigentes até 16 de dezembro de 2021, e recentemente adequadas a Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023.

2.2. Demonstração do resultado do período

É adotado o princípio da competência de exercícios para o registro das operações. A receita de ativo imobilizado está registrada como resultado operacional.

2.3. Ativo circulante e não circulante

Apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. As aplicações financeiras estão classificadas como disponível para venda. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são calculadas pelo valor considerado suficiente pela Administração, para fazer frente a eventuais perdas, sendo estas, detalhadas nas notas explicativas as quais, por ventura, fizerem parte.

2.4. Imobilizado

Os itens mais relevantes são demonstrados pelo valor reavaliado e ajustados patrimonialmente até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em anos anteriores por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação para edifícios. A parcela da reserva de reavaliação referente a edifícios é transferida (realizada) para superávit acumulado na mesma proporção em que os edifícios são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para superávit acumulados quando os terrenos forem alienados. O valor dos jazigos e nichos, integrantes do complexo das necrópoles, em cessão de uso perpétuo, em cessão temporária e dos jazigos disponíveis permanece registrado no ativo imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas divulgadas na Nota 7. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado.

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07 e na Resolução CFC Nº 1.292/10 – NBC TG 01 (R4). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, o que não foi necessário no período, pois não houve nenhum indício que obrigasse a Entidade a registrar em sua contabilidade.

2.5. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e variações monetárias incorridas. A provisão para contingências considerada necessária é contabilizada com base na análise individual dos processos pela Administração da Entidade em conjunto com a assessoria jurídica.

2.6. Subvenções recebidas – com restrição

Os valores recebidos a título de subvenções são registrados como obrigações, no passivo, e na comprovação da sua utilização são registrados na Demonstração do Período do Período, quando aplicados no custeio das atividades, em conformidade com a NBC TG 07.

2.7. Doações recebidas – com restrição

Os valores recebidos a título de doações regidos por contratos ou convênios, são registrados como obrigações e na comprovação da sua utilização são transferidos para despesa e registrados na receita do período, em conformidade com a NBC TG 07.

2.8. Escrituração contábil segregada por área

As transações são contabilizadas de forma segregada pelas áreas e respectivas atividades de ensino e suas gratuidades, de assistência social conforme tipificação, de prestação de serviços e despesas administrativas, registradas por centro de custo e contas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas em cada nota explicativa, se aplicável.

A ACM-RS elabora anualmente orçamentos operacionais e de investimentos e desenvolve planejamento estratégico anual e quinquenal.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em Reais	
	2023	2022
Caixa e bancos	5.129.724	3.109.472
Bancos - projetos a executar (Nota 10)	4.383.043	2.923.408
Fundo para reinvestimento no Cemitério João XXIII	443.655	119.489
	9.956.423	6.152.369

5. RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
Prestação de Serviços		
Cientes cessão perpétua - CEJXXIII	3.568.187	2.455.728
Visa pré-datado - CEJXXIII	582.141	742.003
Banricompras pré-datado - CEJXXIII	258.245	119.081
Demais clientes - CEJXXIII	64.571	65.007
(-) Provisão estimada com créditos de liq. duvidosa - CEJXXIII	(209.608)	(219.140)
	4.263.536	3.162.679

Demais valores a receber - Sede	468.357	421.002
	468.357	421.002

Cientes - CEPA	670.814	707.014
Programa Saúde a Receber - ACM Região das Hortênsias	1.274.552	1.010.103
(-) Perdas estimadas com créditos liq. duvidosa	(66.953)	(85.439)
	1.878.412	1.631.678

Ensino

Mensalidades escolares - Colégio ACM Centro	810.791	654.604
Mensalidades escolares - Região das Hortênsias	97.639	146.239
Mensalidades escolares - Rua da Praia	569.556	494.18
	1.477.986	1.295.053

	8.088.292	6.510.412
--	------------------	------------------

Circulante	7.140.079	5.685.680
Não circulante	948.213	824.732

6. DEVEDORES DIVERSOS

	Em Reais	
	2023	2022
Outros Valores - Coop. Moradores Morro Santana (a)	5.152.166	4.683.893
Funerárias CEPA	20.776	12.208
Restaurante CC MAC Ltda.	2.578	14.546
Demais valores a receber	125.199	119.345
(-) Perdas estimadas com créditos liquidação duvidosas	(5.152.166)	(3.850.361)
	148.554	979.631

Circulante	148.554	123.996
Não circulante	0	855.636

(a) Em devedores diversos consta a operação com a Cooperativa de Moradores do Morro Santana, denominada Jardim Continental, relativa ao terreno localizado no Morro Santana, conforme contrato, celebrado em 18 de outubro de 2017, no valor total atualizado de R\$ 5.152.166 (em 2022 – R\$ 4.683.893), com todas as parcelas estão vencidas, as quais foram estimadas como perdas com crédito de liquidação duvidosa. No ano de 2023 recebemos o valor de R\$ 48.000 (2022 – 36.900), total de pagamentos acumulados quitaram a entrada e mais 2,07 parcelas do acordo de 67 parcelas. O contrato prevê encargos de 0,5% ao mês, e correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A referida operação tem cláusula que mantém a propriedade para a ACM-RS em caso de inadimplemento.

7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Prédios	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Obras em andamento e outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	23.325.645	39.979.600	229.224	-	143.882	1.914.509	232.771	6.193.689	72.019.320
Aquisição	-	190.634	44.798	-	-	79.523	119.702	2.029.504	2.464.160
Doações recebidas	4.199.715	-	-	-	-	-	-	-	4.199.715
Transferências	-	5.426.445	-	-	-	-	-	(5.426.445)	-
Depreciação	-	(806.359)	(46.616)	-	(36.102)	(285.581)	(89.702)	(59.301)	(1.323.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.325.645	44.790.320	227.407	-	107.720	1.708.451	262.949	2.737.447	73.159.938
Custo total	23.325.645	68.620.965	1.296.470	95.585	501.782	5.012.485	2.932.715	3.201.666	104.987.311
Depreciação acumulada	-	(23.830.645)	(1.069.063)	(95.585)	(394.062)	(3.304.034)	(2.669.766)	(464.219)	(31.827.374)
Residual em 31 de dezembro de 2022	23.325.645	44.790.320	227.407	-	107.720	1.708.451	262.949	2.737.447	73.159.938
Saldos em 1º de janeiro de 2023	23.325.645	44.790.320	227.407	-	107.720	1.708.451	262.949	2.737.447	73.159.938
Aquisição	-	243.617	81.917	-	139.000	356.462	172.510	1.313.348	2.306.854
Transferências	-	521.701	-	-	-	(5.681)	5.681	(521.701)	-
Depreciação	-	(823.140)	(42.673)	-	(57.012)	(295.436)	(94.970)	(65.594)	(1.378.824)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.325.645	44.732.498	266.651	-	50.709	1.763.769	346.169	3.463.500	74.087.967
Custo total	23.325.645	69.386.283	1.378.387	95.585	640.782	5.363.266	3.110.906	3.993.312	107.294.165
Depreciação acumulada	-	(24.653.784)	(1.111.736)	(95.585)	(451.074)	(3.599.470)	(2.764.737)	(529.812)	(33.206.197)
Residual em 31 de dezembro de 2023	23.325.645	44.732.498	266.651	-	189.709	1.763.796	346.169	3.463.500	74.087.967
Taxa média ponderada depreciação - %		1,19%	3,1%		8,9%	5,51%	3,05%	1,64%	

A reserva de reavaliação, cujo valor residual é de R\$ 33.434.762 em 31 de dezembro de 2023 (2022 - R\$ 34.044.288), decorre da mais valia apurada pelas reavaliações efetuadas nos bens imóveis, em 2007, com base em laudo emitido naquela data pela FBENG Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda. A realização da reserva de reavaliação e o ajuste patrimonial estão sendo procedidos, de acordo com a depreciação ou baixa dos bens.

A ACM-RS recebeu em doação a posse da área em que se localiza a Unidade Cruzeiro do Sul (50% do total da área) no ano de 2021. A avaliação realizada por profissional habilitado estimou seu valor de mercado em R\$ 4.199.175, considerando o valor da área recebida. A instituição já ajuizou ação de Usucapião para a regularização da propriedade. Com base na revisão da vida útil dos prédios da Entidade, são as seguintes taxas percentuais de depreciação:

Localidade	2023	2022
Washington Luiz, 1036, 1050 e 1070 - Porto Alegre	1,43	1,43
Washington Luiz, 1094 - Porto Alegre	2,00	2,00
Demétrio Ribeiro, 981 - Porto Alegre	2,00	2,00
Protásio Alves, 2.248 - Tramandai	1,43	1,43
Padre Lima, 669 - Porto Alegre	4,00	4,00
Maceió, 321 e 323 - Porto Alegre	4,00	4,00
Avenida Natal 60 - Porto Alegre	1,34	1,34
Godofredo Raymundo, 177 - Canela	1,42	1,42
Rua dos Andradas, 525 - Santana do Livramento	1,42	1,42
Rincão do Coelho - São Francisco de Paula	1,43	1,43
Sarmento Leite, 975 - Porto Alegre	1,43	1,43
Estrada João Antônio da Silveira, 4.065 - Porto Alegre	1,35	1,35
Rua dos Andradas, 719 - Santana do Livramento	2,00	2,00
Rua dos Andradas, 1560, 7º and. - Porto Alegre	2,00	2,00

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Em Reais	
	2023	2022
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	73.925	64.654
Cartão de Crédito Banco do Brasil (VISA)	62.212	54.445
BNDES - PESE II - Folha de pagamento	-	496.468
Empréstimo BNDES Placas Fotovoltaicas	1.669.969	2.518.017
Financiamento Consórcio Banrisul	98.713	-
	1.904.818	3.133.585
Circulante	1.009.344	1.465.957
Não Circulante	895.474	1.667.628

O financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) refere-se ao parcelamento de aquisição de bens operacionais, adquiridos de fornecedores, mediante utilização do cartão BNDES. Os bens adquiridos não podem ser alienados durante a vigência do financiamento. A taxa de juros aplicada é atualizada mensalmente pelo BNDES, que em dezembro de 2023 fechou em 1,44 % ao mês.

O empréstimo BNDES – PESE II refere-se ao Programa Emergencial de Suporte ao Emprego concedido em 2021, para financiamento da folha de pagamento devido à pandemia Covid19, dividido em 30 parcelas, à taxa de juros de 3,75% ao ano, o qual foi quitado em outubro de 2023.

O Empréstimo BNDES Placas Fotovoltaicas financiou o investimento da construção da usina de energia fotovoltaica, com a instalação de 7.000 m² de placas de energia solar, preenchendo a área do topo dos oito prédios do Cemitério Ecumênico João XXIII. O investimento será quitado em 54 parcelas, à taxa de juros de 0,38% ao mês, considerando variação do CDI, calculado pela tabela SAC, restando 23 parcelas a pagar em dez/23.

O Consórcio Banrisul adquirido em 2021, contemplado em 2023 por sorteio, sendo adquirido o veículo Fiat Toro, restando 69 parcelas a pagar em dez/23.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Em Reais	
	2023	2022
Provisão de férias e encargos sociais	2.866.890	2.467.489
Salários a pagar	1.032.171	890.981
Acordo adicional tempo serviço	275.011	262.411
FGTS a recolher	256.025	208.895
IRRF a recolher	293.371	226.879
INSS a recolher	201.247	153.740
Contribuição sindical a recolher	3.380	1.746
	4.928.095	4.212.141
Circulante	4.653.084	3.949.730
Não circulante	275.011	262.411

10. OBRIGAÇÕES POR SUBVENÇÕES E RECURSOS A APLICAR – com restrição

Neste grupo são registrados os valores recebidos, depositados em bancos, em contas específicas, a serem aplicados de acordo com contrato e/ou projeto de desenvolvimento social devidamente aprovado, firmados, em sua maior parte, com entes públicos, seguindo criterioso processo de prestação de contas regido por lei. Os recursos utilizados e registrados, ao final do mês, são retirados do passivo e reconhecidos como receita de doação ou subvenção.

Abaixo saldos detalhadas dos projetos por Unidades/área assistencial:

	Em Reais	
	2023	2022
ACM Morro Santana	161.779	86.909
ACM Cruzeiro	2.502.214	2.167.506
ACM Vila Restinga Olímpica	3.192.435	1.838.909
Projeto Borboleta	106.743	81.864
Apoio Desenvolvimento Social	67.501	15.006
	6.030.674	4.190.194

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Em Reais	
	2023	2022
Trabalhistas	941.755	544.978
Cíveis	61.000	54.500
	1.002.755	599.478

Em 31 de dezembro de 2023, os processos de natureza cível e trabalhista, para os quais os assessores jurídicos atribuem expectativas de perda provável, montam em R\$ 1.002.755 (2022 - R\$ 599.478), foram provisionados pela ACM-RS, sendo que no exercício de 2023 foram pagos R\$ 933.014 (2022 - R\$ 106.120), em indenizações trabalhistas. Os processos de natureza cível e trabalhista, para os quais os assessores jurídicos atribuem expectativa de perda possível montam em R\$ 937.594 (2022 - R\$ 2.369.558).

“Ademais, a discussão acerca da natureza do diploma exigido pelo constituinte é inócua no presente caso, pois, conforme assestado pelas instâncias ordinárias competentes, a recorrida satisfaz as condições da imunidade, sob o prisma de qualquer norma legal ou regulamento administrativo em vigor (cf. fls. 367/368). Por isso, não cabe a esta Corte rediscutir esses fatos, consoante a Súmula 279/STF. Assim, o único debate relevante no caso é o da possibilidade de extensão dessa reconhecida imunidade à contribuição para o PIS. A resposta afirmativa depende do enquadramento da exação no grupo das “contribuições para o custeio da seguridade social”, pois somente estas são abrangidas pelo art. 195, §7º.”

A ACM-RS não vem procedendo ao recolhimento e provisionamento das contribuições previdenciárias por entender e demonstrar que os montantes de recursos despendidos em educação e assistência social suplantam os benefícios obtidos. Ademais, a ACM-RS, conforme declaração fornecida por ente público gestor do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), está vinculada à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS, condição esta suficiente para a concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social - CEBAS, bem como atingiu as metas estabelecidas na referida legislação como destaca as demonstrações contábeis dos períodos em questão, tendo reunido condições suficientes para a concessão de novo certificado.

(b) Tributária

A ACM-RS está imune ao lançamento de IPTU sobre os imóveis de sua propriedade e ISSQN sobre as prestações de serviço por inexistir fato gerador, conforme preceito constitucional.

No âmbito do ISSQN, a ACM-RS obteve a imunidade reconhecida, através de processo administrativo e judicial, estando dispensada do pagamento do imposto em todos os Municípios onde tem sede. A Entidade propôs ainda ação declaratória em razão de lançamentos infundados por parte do Município de Porto Alegre quanto a IPTU e ISSQN a fim de que seja reconhecida a sua condição de imune frente aos tributos Municipais, principalmente, IPTU e ISSQN, tendo sido julgado favorável, declarando a inexistência de relação jurídica tributária entre o Município de Porto Alegre e a ACM-RS, decisão está confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com trânsito em julgado.

No âmbito estadual, possui imunidade tributária declarada, tanto na esfera administrativa, quanto judicial.

A ACM-RS obteve êxito em todas as instâncias, em processo judicial transitado em julgado que objetivava a imunidade tributária sobre o Programa de Integração Social - PIS, a qual declarou a inexigibilidade da referida Contribuição Social, condenando a União a restituir os valores indevidamente pagos nos últimos 5 anos do ajuizamento da ação.

Também, amparada no entendimento do seu enquadramento como entidade imune, a ACM-RS não sofre a retenção de Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, preconizado pela Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, bem como não sofre incidência de IOF sobre operações financeiras, conforme decisão judicial da Justiça Federal transitada em julgado no processo nº 5015413-73.2011.4.04.7100.

12. CREDORES DIVERSOS

Refere-se aos valores envolvidos no Termo de Transação assinado em 24 de abril de 2013, entre a ACM-RS, a CORTEL S.A. - Consórcio Rio-grandense de Construção e Urbanização e o espólio de José Elias Flores e Maria Elias Flores, pelo qual, a ACM-RS obteve consolidação definitiva e judicial da sua condição de exclusiva proprietária, mantenedora e administradora do Cemitério Ecumênico João XXIII, propiciando, sem mais, qualquer discussão judicial.

- a) a devolução de áreas da necrópole, anteriormente ocupadas pelo Grupo Cortel;
b) a comercialização, sem interferência, de jazigos perpétuos;
c) a responsabilidade da construção de crematório e de novos jazigos;
d) o recebimento de indenizações;
e) o acerto dos estoques, com o ajuste definitivo dos direitos da empreiteira Cortel (homologado em 24 de setembro de 2013) e das pessoas físicas a ela vinculadas (homologado em 25 de abril de 2013); e
f) período de 5 anos de carência, a partir do qual serão efetuadas as operações com as negociações dos estoques de jazigos e nichos.

A ACM-RS iniciou os pagamentos em maio de 2018, após o período de carência, de acordo com termo de transação. Neste exercício foram repassados os valores que somam de R\$ 264.265 (2022 - R\$ 294.676), além de consideradas as comissões de vendas de 2023, equivalendo à quantidade de 20,29 jazigos (2022 - 24,57 jazigos) quitados.

Em 08 de abril de 2022, houve a oficialização da apuração do valor médio de venda, para fins de apuração dos jazigos quitados, sendo feito o cálculo dos anos anteriores, e apurada a redução no abatimento de 4,04 jazigos.

Em 2023, totalizou a quitação de 121,38 jazigos, do total de 1.822 devidos, restando saldo de devedor de 1.700,62 unidades.

A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, não houve necessidade em constituir provisão tendo em vista não haver evidências que justificassem tal procedimento.

A Entidade está atenta a este monitoramento ao final de cada exercício, visto que seu estoque é composto por Unidades de jazigos, nichos, túmulos e urnas.

13. ATIVIDADES ASSISTENCIAIS

Em atendimento à legislação vigente e diretrizes da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e LDE (Lei de Diretrizes da Educação) são divulgadas a seguir como forma de aferir o cumprimento de disposições relacionadas com a imunidade de contribuições sociais.

(a) Doações – com restrição:
No exercício de 2023, as doações recebidas e aplicadas pela entidade montam em R\$ 903.180 (2022 - R\$ 644.281), sendo registradas como resultado do período.

(b) Subvenções – com restrição, recebidas e respectivas aplicações de recursos:

No exercício de 2023, foram recebidas as subvenções, classificadas como “com restrição” e aplicadas na realização de projetos de caráter assistencial e cultural, no montante de R\$ 6.834.455 (2022 - R\$ 5.630.634), as quais são registradas como receita no resultado do período.

(c) Receita de locação de bens:
No exercício de 2023, as receitas de locações de bens montam em R\$ 258.397 (2022 - R\$ 244.174).

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE GRATUIDADES SOBRE RECEITA LÍQUIDA DAS ÁREAS

	2023	2022
Receita líquida de atividades de prestação de serviço	27.187.575	21.287.431
Receita líquida de atividades ensino recebida	6.390.554	5.346.410
Receita líquida de atividades assistência social	6.274.835	5.302.699
Total Receita líquida Áreas (DRP por Atividade)	39.852.964	31.936.540
	2022	2021
Aplicações Gratuitades Educacionais	3.921.390	3.583.093
Aplicações Gratuitades Assistência Social	6.264.178	4.941.535
Total de Gratuitades	10.185.567	8.524.628

Percentual de aplicação de recursos em relação à receita líquida das áreas - %	25,56%	26,69%
Contribuições previdenciárias devidas	5.082.205	4.373.106

(d) Demonstração das contribuições previdenciárias devidas, caso a entidade não gozasse de imunidade:

O valor das contribuições previdenciárias, caso a entidade não gozasse de imunidade, a título de contribuições devidas (empregador) seria de R\$ 5.750.717 (2022 - R\$ 4.885.914) e a título de Programa de Integração Social - PIS sobre a folha de pagamento seria de R\$ 229.435 (2022 - R\$ 196.291), totalizando R\$ 5.980.152 (2022 - R\$ 5.082.205).

14. RECEITAS E DEDUÇÕES DE EDUCAÇÃO

	2023	2022
Receitas		
Alunos pagantes	9.059.028	7.133.875
Mensalidades concedidas em bolsas de estudo 100%	4.189.388	3.869.706
Mensalidades concedidas em bolsas de estudo 50%	85.866	51.684
	13.334.283	11.055.264
Deduções		
Bolsas de estudo concedidas - 100%	4.189.388	3.869.706
Bolsas de estudo concedidas - 50%	85.866	51.684
Descontos promocionais (não utilizados em gratuidades)	1.195.836	604.136
Devolução mensalidades/anuidades	65.602	139.184
	5.536.692	4.664.710

16. RECEITAS E DESPESAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Demonstração dos atendidos e valores aplicados em assistência social:

Unidades/Projetos assistenciais	Doações e Subvenções (R\$) 2023	Doações e Subvenções (R\$) 2022	Tipificação: serviço de proteção social especial de média complexidade	Atendidos 2023	Atendidos 2022	Aplicação (R\$) 2023	Aplicação (R\$) 2022
Projeto Borboleta	202.804	243.691	Serviço de proteção social Especial para Pessoas com Deficiência	19	19	363.576	294.231
Unidades/Projetos assistenciais			Tipificação: serviço de proteção social básica				
Unidade Morro Santana	1.139.991	993.870	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	138	141		
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos (Trabalho Educativo)	30	26		
			Serviço de Convivência de Vínculos Familiar e Comunitário	20	30	1.158.981	1.032.855
Unidade Cruzeiro do Sul	3.427.888	2.705.268	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 0 a 06 anos	204	201		
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos	225	225		
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos	12	12		
			Serviço de Atendimento Familiar - SAF (Núcleo CRAS)	630	675	2.462.188	2.211.204
Unidade Vila Restinga Olímpica	2.623.320	2.313.810	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	597	591		
			Aprendizagem Profissional	34	39	2.667.442	2.309.156
Unidade Região das Hortênsias - CEPA				9	0	31.680	0
Apoio para Assistência Social	343.633	18.277	(Serviço de apoio, gestão e captação de recursos)			489.587	416.731
Total	7.737.635	6.274.915		1.918	1.959	7.173.455	6.264.178

Os Projetos e serviços de Assistência Social da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul estão de acordo com Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, enquadrados no nível de complexidade do SUAS: Proteção Social Especial de Média Complexidade para o Projeto Borboleta e os demais Projetos enquadrados em Serviço de Proteção Social Básica.

17. RECEITAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

Em 2023 e 2022, as receitas e despesas financeiras são compostas das seguintes contas:

	2023	2022
Receitas		
Juros de cobrança por atraso	119.016	154.320
Rendimento de aplicações financeiras	441.915	284.798
Rendimentos CDB/RDB	3.982	8.011
Variações monetárias ativas	64.902	261.828
Descontos recebidos	36.357	8.781
	666.172	717.738

	2023	2022
Despesas		
Despesas bancárias	(295.521)	(268.850)
Juros pagos	(405.974)	(550.096)
Multas de mora	(1.915)	(5.834)
Variações monetárias passivas	(292.577)	(322.854)
	(995.987)	(1.147.634)

Em 31 de dezembro de 2023, o valor líquido das receitas financeiras, deduzidas as despesas financeiras totaliza – R\$ 329.815 (2022 - R\$ 429.895).

18. RECEITAS E DEDUÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2023	2022
Receitas		
Unidade ACM Esportes Centro	6.491.884	4.907.059
Unidade Cemitério Ecumênico João XXIII	9.998.647	9.444.366
Unidade ACM Tramandaí	244.780	247.337
Unidade ACM Livramento	898.337	757.142
Unidade ACM Região das Hortênsias	16.219.168	12.474.165
Unidade ACM Vila Restinga Olímpica	64.650	61.405
Administração	330	4.098
	33.917.796	27.895.570
(-) Deduções		
Descontos promocionais (não utilizados em gratuidades)	(833.513)	(390.780)
Receita cancelada	(293.276)	(317.216)
	(1.126.789)	(707.996)

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Consultivo	655.734	498.289
Financeiro	392.076	365.284
Tecnologia da informação	477.765	441.684
Gestão de pessoas	522.470	458.624
Secretaria geral	965.617	848.003
Gerência administrativa	305.967	279.537
Apoio administrativo	265.754	329.259
Comunicação e marketing	248.178	261.492
Contabilidade	389.106	375.640
Apropriações	<u>(622.017)</u>	<u>(560.968)</u>
	<u>3.600.651</u>	<u>3.296.843</u>

20. COBERTURA DE SEGUROS

A ACM-RS mantém coberturas de seguros contratadas para cobertura de riscos em imóveis em relação a incêndio, raio ou explosão, no montante de R\$ 44.188.000 em 2023 e em 2022 - R\$ 37.496.000.

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Os trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo levando-se consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços. Os valores são reconhecidos no resultado do período em conta redutora da despesa e na despesa, não gerando efeito no resultado, mas evidenciando o trabalho voluntário realizado, de vital importância para Entidade, atendendo assim ao estabelecido na ITG 2002 (R1). No exercício de 2023 foram 1.357 horas dedicadas, executados por 54 voluntários, contabilizando o valor total mensurado em R\$ 130.112 (2022 - 318.758).

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Entidade, entre o final do período de 2023 e a data de aprovação, pela Administração, das demonstrações contábeis, não ocorreu nenhum evento que afetasse as demonstrações e suas notas explicativas.

Ariane Pereira da Silva
Contador - CRC – RS 081136/0

Ênio Roberto Gonçalves Ferreira
Presidente – CPF 424.575.640-34

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

•Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

•Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

•Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

•Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

•Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 11 de março de 2024.
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul, com sede nesta cidade de Porto Alegre, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 65 do Estatuto da ACM-RS, através de seus membros abaixo assinados emite o seguinte parecer:

Este Conselho Fiscal, reunido ordinariamente em 14 de março de 2024, procedeu à verificação das Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Período por Atividade, as Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis, dos Relatórios Contábeis, da Escrituração Contábil pertinente, bem como dos demais documentos de suporte contábil, inclusive do relatório e opinião emitido pelos auditores independentes Audisa Auditores Associados, tudo relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Após a análise, constatou que os documentos relacionados acima se apresentam em ordem e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul e resolveu aprovar os respectivos registros e demonstrativos, para encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Associados Básicos.

Edson Alberto Ristov
CPF: 382.625.090-72

Pedro Muller Coelho de Souza
CPF: 014.128.410-20

Giulia Costa Reinbrecht
CPF: 008.324.450-61

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DO RIO GRANDE DO SUL** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.